

# PDS quer definição logo do mandato

Projeto já conta com o apoio de parlamentares do PMDB e do PFL

O regime de governo e o mandato do presidente José Sarney terão de estar definidos até o próximo dia 15 de maio, de acordo com projeto de resolução do deputado César Cals Neto (PDS-CE), que será apresentado na próxima terça-feira. O projeto tem o apoio de vários parlamentares do PMDB, PFL e PDS.

O senador Afonso Camargo (PMDB-PR), um dos que o apóiam, acha que o tempo de duração do mandato dependerá muito da opinião pública e que seu partido está dividido entre os que desejam quatro anos e os que defendem a redução para cinco anos. Como está na Constituição, seis anos, parece-lhe muito difícil.

## SONDAGENS

O debate sobre o mandato do presidente Sarney ganhou intensidade com as informações de que o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), começou a fazer as primeiras sondagens a respeito entre seus correligionários. A cúpula do PMDB está convencida de que essa questão aflorará, naturalmente, na primeira reunião partidária.

Apesar de na executiva do PMDB haver uma maioria substancial em torno do parlamentarismo — 1 a 3 — não existe, no partido, um cálculo que se possa considerar realista. Muita gente se define como parlamentarista, favorável em tese, mas acha que é perigoso mudar o regime em época de crise como a atual. O próprio senador Camargo, um dos principais defensores do regime de gabinete, considera difícil sua aprovação pela Constituinte.

No PMDB há duas correntes principais em torno do mandato: a de quatro e a de cinco anos. A primeira acredita na pressão da opinião pública, ainda sensibilizada pela campanha das "diretas, já" e alarmada com o resultado da política econômica. Camargo, considerado pelo ex-presidente Tancredo Neves como um dos melhores articuladores políticos do País, entende que até o fim do mês terá de haver uma definição. Além da exigência popular, lembra que até o presidente José Sarney fez um pedido neste sentido.

## Ulysses faz consultas

O presidente do PMDB confirmou a parlamentares de sua amizade que o presidente José Sarney está propenso a ficar somente cinco anos no Governo e quer uma definição imediata do Congresso a respeito. Ulysses deu a impressão aos parlamentares de que está de acordo com essa pretensão do presidente José Sarney, com quem conversou nas últimas horas. A reação, porém, não está sendo a que esperava, pois muitos companheiros do PMDB querem a redução para quatro anos.

## PARLAMENTARISMO

A ação de Ulysses Guimarães para definir o mandato, intensificada ontem, apressará a definição partidária sobre o regime de governo. Há duas hipóteses predominantes no PMDB:

1) a adoção imediata do sistema parlamentarista, o que levaria o partido a ocupar efetivamente o Governo, como maioria absoluta no Congresso. Isto, porém, representaria o fim da Aliança Democrática, que o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães — considerado imbatível para ser o primeiro-ministro — querem preservar.

2) manutenção do sistema presidencialista, com Sarney por cinco anos e eleição indireta de um vice-presidente da República, que seria o próprio Ulysses. Para alguns políticos do PMDB esta ideia tem dois inconvenientes: a eleição indireta de um vice-presidente, quando já foi aprovada emenda para di-

A terceira corrente é de que os governadores exercerão influência para que o mandato fique de qualquer forma em seis anos, o que facilitará suas ambições individuais. Para estes, os governadores serão o poder real, fazendo pressão sobre o poder formal, a Constituinte. O contraponto, usado ontem em reunião de parlamentares do PMDB, é de que também eles terão de se submeter à opinião da maioria.

## PFL E RESOLUÇÃO

A maior surpresa de César Cals Neto foi com a repercussão no PFL. Parlamentares amigos do presidente Sarney observaram-lhe que a definição é necessária e que o partido começa a se dividir entre os que desejam quatro anos e os outros — uns cinco, outros, seis anos. Alguns deles observaram-lhe, inclusive, que Sarney apresentou, quando senador, projeto instituindo o sistema distrital, uma característica do parlamentarismo.

A proposta de Cals, com sua justificativa é a seguinte:

"Art. 1º A Assembléia Nacional Constituinte definirá, preliminarmente, o sistema de governo a ser instalado no Brasil e a duração do mandato do atual presidente da República

§ 1º — Caberá à Mesa Diretora definir os prazos máximos de tramitação da matéria para viabilizar a presente resolução até o dia 15 de maio de 1987.

"O projeto de Constituição deverá trazer um esboço do sistema de governo a ser implantado no País e a duração do mandato do atual presidente da República. Isto implicará em definições profundas, particularmente no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo.

E mister que essas delimitações devam passar pela necessária discussão e amadurecimento, no decorrer do processo de elaboração do projeto da Constituição. A definição preliminar do sistema de governo e da duração do mandato do atual presidente da República será resultado de uma decisão da Assembléia Nacional Constituinte e não somente de algumas comissões constitucionais".

retas em relação ao presidente e ao vice; e o fato de que, com cinco anos de mandato os atuais governadores, muitos dos quais têm pretensões de chegar à Presidência, seriam prejudicados.

O deputado Ulysses Guimarães, anunciou, ontem, que já começou a recolher opiniões de governadores e parlamentares a respeito da duração do mandato do atual Presidente da República, atendendo ao apelo de Sarney para que as forças políticas que o apóiam façam uma manifestação a respeito, com a maior urgência possível.

Pessoalmente, Ulysses admite que o mandato do presidente Sarney fique em cinco anos, como o CORREIO BRAZILIENSE já adiantou em sua edição de ontem. Nas últimas horas, o presidente do PMDB ouviu os governadores Waldir Pires, da Bahia, Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Alvaro Dias, do Paraná.

## CONSULTA EM MASSA

Ulysses espera consultar todo o universo do partido na próxima semana, aproveitando a convocação em massa da bancada constituinte, composta de 305 deputados e senadores que se reunirá na próxima quarta-feira para escolha do líder na Constituinte entre o deputado Luiz Henrique e o senador Mário Covas.

O presidente do PMDB começou a consultar os novos governadores pelo telefone a respeito do problema da duração do mandato de Sarney.

## Líder levanta números

O líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, disse ontem estar convencido de que o "grande grupo moderado" do PMDB apóia um mandato de seis anos para o presidente José Sarney. Sant'Anna acha cedo ainda para quantificar os integrantes deste grupo — que, segundo ele, "é calado por estilo" —, mas está iniciando conversas individuais com constituintes do PMDB, na busca de um pacto político para definir o mandato do Presidente.

— Quero ter condições de poder chegar para o presidente Sarney e dizer quantos deputados apóiam esta ou aquela posição — afirmou Sant'Anna —, acrescentando não ter recebido ainda delegação expressa do Presidente para isto, mas que incluí o trabalho entre suas funções de líder.

Apesar de achar que os moderados apóiam um mandato de seis anos —

que defende para que ocorram eleições gerais em 1990, "estabelecendo um grande marco entre a transição e a plenitude democrática" —, o líder do Governo prevê que "será um pacto difícil".

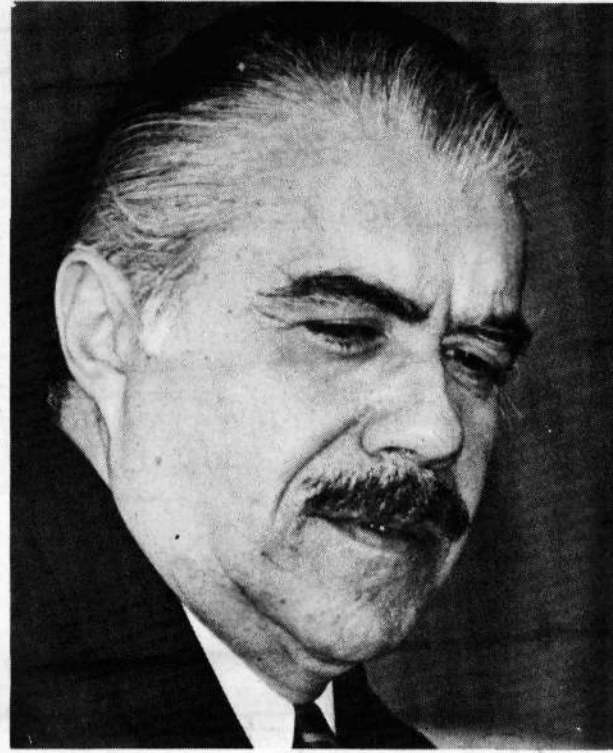
## GOLPE

O deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, disse ontem após audiência com o presidente José Sarney, que a atuação das tropas do Exército nas refinarias de petróleo e da Marinha nos portos mostra que é necessário a Constituinte preservar o papel das Forças Armadas.

Disse que o presidente Sarney está atuando serenamente nesses episódios, mas age "com determinação", acrescentando que não haverá desordem com ele na Presidência. Disse ainda que não existe perigo de retrocesso nem tentativa de golpe, porque não está havendo desestabilização nas Forças Armadas.



Ulysses, em fase de consultas, confirma que Sarney aceita reduzir seu mandato para cinco anos



## Menos de seis anos "é golpe"

"Falar em menos de seis anos de mandato para o presidente Sarney é golpe", disse o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), ao afirmar que o poder constituinte pode ter força para desconstituir o direito adquirido mas não pode desconstituir o poder constituído que o constituiu. Lembrou que a Constituição em vigor dá ao presidente Sarney um mandato de seis anos, assim como estabelece também os mandatos dos constituintes, dos governadores, prefeitos e vereadores "porque, então, se pensar em modificar somente o mandato do presidente da República?", questionou.

Também o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), defende que o mandato do presidente deve ser de seis anos. Lembrou que o presidente Sarney está cumprindo o programa do seu partido. "Então, por que se pensar em reduzir o mandato presidencial?" Observou que defende um mandato de cinco anos para os outros presidentes da República mas para o presidente Sarney deve ser o que está na Constituição — seis anos.



Cardoso Alves

## Baeta defende quatro anos

## sem reeleição

São Paulo — O presidente do Conselho Federal da OAB, Hermann Baeta, defendeu um mandato de quatro anos para José Sarney e do futuro presidente da República e se manifestou contra a reeleição do chefe da nação. Disse ele que quatro anos é um prazo razoável para que o cidadão eleito realize satisfatoriamente seu trabalho sem sofrer a exaustão do cargo. Se sua gestão não for satisfatória o povo terá ainda oportunidade de, em período mais breve, eleger seu sucessor.

Disse ele que a experiência constitucional brasileira foi em torno de mandatos de 4 a 5 anos e, posteriormente, no regime militar, de seis anos, e a experiência revelou que quatro anos é o prazo ideal. Salientou, ainda, que é contra a reeleição pelo fato de que o Presidente da República poderia transigir de diversas formas, visando divididos políticos para recondução ao cargo.

Hermann Baeta criticou o fato de na feitura do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte tanto tempo tenha sido gasto com a discussão sobre a soberania dessa assembleia. afirmou que a soberania tem de ser absoluta e que o simples fato de se querer graduá-la leva à conclusão de não ser ela soberana.

ANC 88  
Pasta 12 a 20  
março/87  
003